

ACESSO E PERMANÊNCIA DE NEGROS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

Adrieli Caroline Marques Lopes (adrieli.marques18@gmail.com)

Eugenia Portela De Siqueira Marques (eumar13@terra.com.br)

O artigo apresenta os resultados da pesquisa bibliográfica realizada no Programa de Iniciação Científica (PIBIC) no período de 2016 a 2017, que investigou a efetividade do acesso e permanência de estudantes negros na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), que está localizada em Dourados no estado de Mato Grosso do Sul, Região Centro-Oeste. Nesse artigo usou-se um procedimento do tipo metodológico, dispondo de uma revisão bibliográfica tendo como referência a discussão sobre as desigualdades raciais, as políticas afirmativas e de inclusão e programas de acesso na universidade. As implicações apontaram que existem estratégias atuantes que estão contribuindo para o êxito de acadêmicos negros, e existe a necessidade de idealizar novos meios para o fortalecimento da identidade dessa população. Um assunto que tem se tornado material de estudo dentro da Universidade Federal da Grande Dourados, foi à inserção de ações afirmativas. Ações que foram decididas no Supremo Tribunal Federal (STF) inicialmente debatidas pelo Movimento Negro e outros movimentos sociais, que no Brasil, segundo Silva (2013, p. 268) “[...] sua atuação foi determinante para a revelação de que o racismo regula(va) as relações sociais existentes nas bases da sociedade”. As mobilizações sociais lutaram e ainda lutam para conseguir um país democrático com oportunidades para todos, pois sabe-se que a Educação de forma direta é um bem público e direito de todos, e está destinada para a formação de sujeitos e formar esses sujeitos à cidadãos e concretizar a democratização na sociedade brasileira. Esses lutaram para que ficasse claro que é dever do Estado criar e oferecer condições efetivas para que a educação para todos se realize com a amplitude, a qualidade e a sustentabilidade necessárias e adequadas. Ações afirmativas são medidas que devem possibilitar a participação de grupos em todas as esferas de bens sociais. Podemos reconhecer então a educação como bem público, imprescindível e insubstituível, direito de todos e dever do Estado. E é dever do Estado criar e oferecer condições efetivas para que isto se realize com a amplitude, a qualidade e a sustentabilidade necessárias e adequadas. Sendo bem público, a educação deve ser de qualidade. Esta é a base da discussão sobre democratização e políticas afirmativas. Nisto se concretiza a necessidade de inserção de ações afirmativas dentro das Instituições de Ensino Superior (IES), cujo objetivo é criar um equilíbrio e participar de um esforço mais amplo para a eliminação de todas as formas de desigualdade sociais.

Palavras-chave: Acesso e Permanência, Educação Superior, População Negra.